

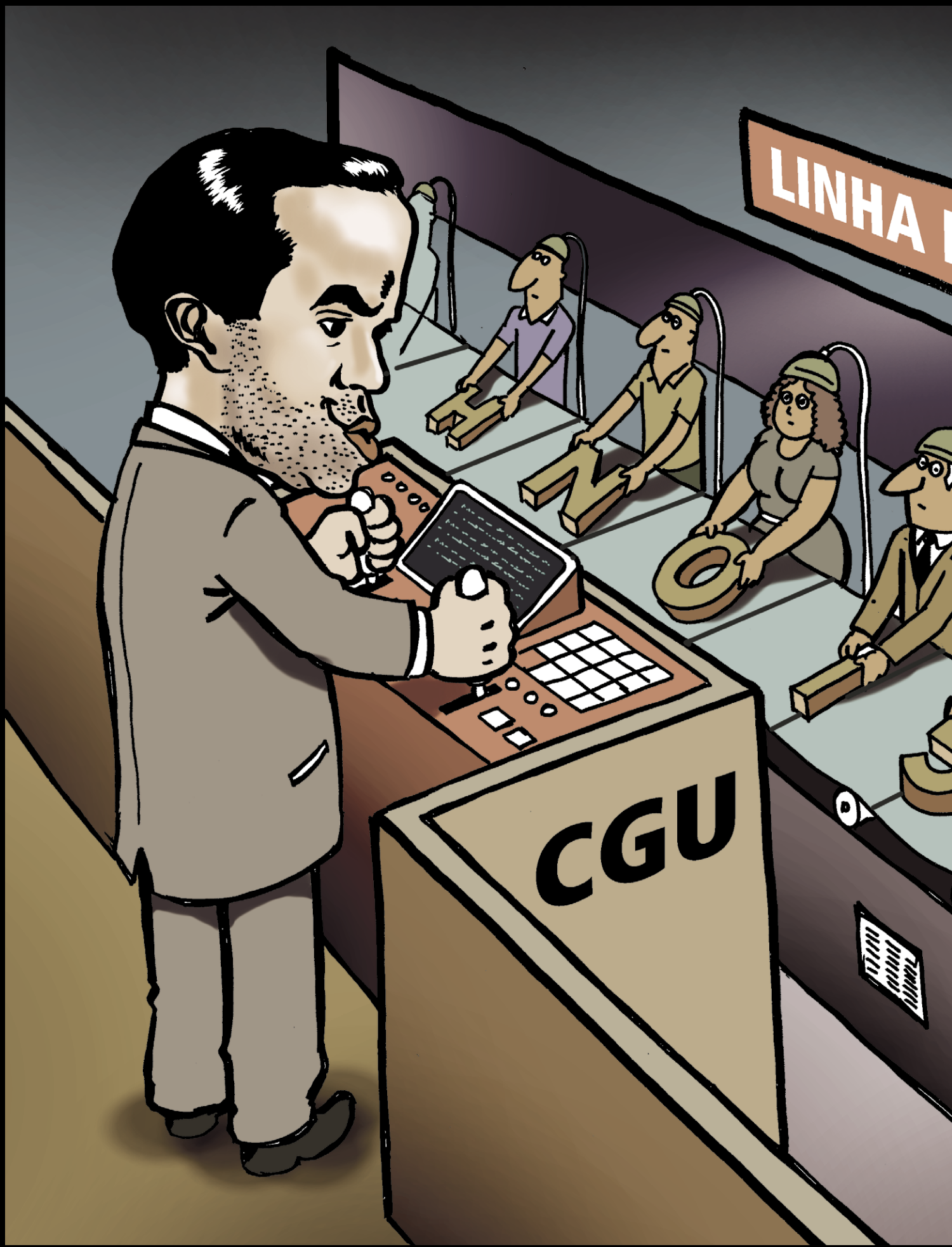


SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE

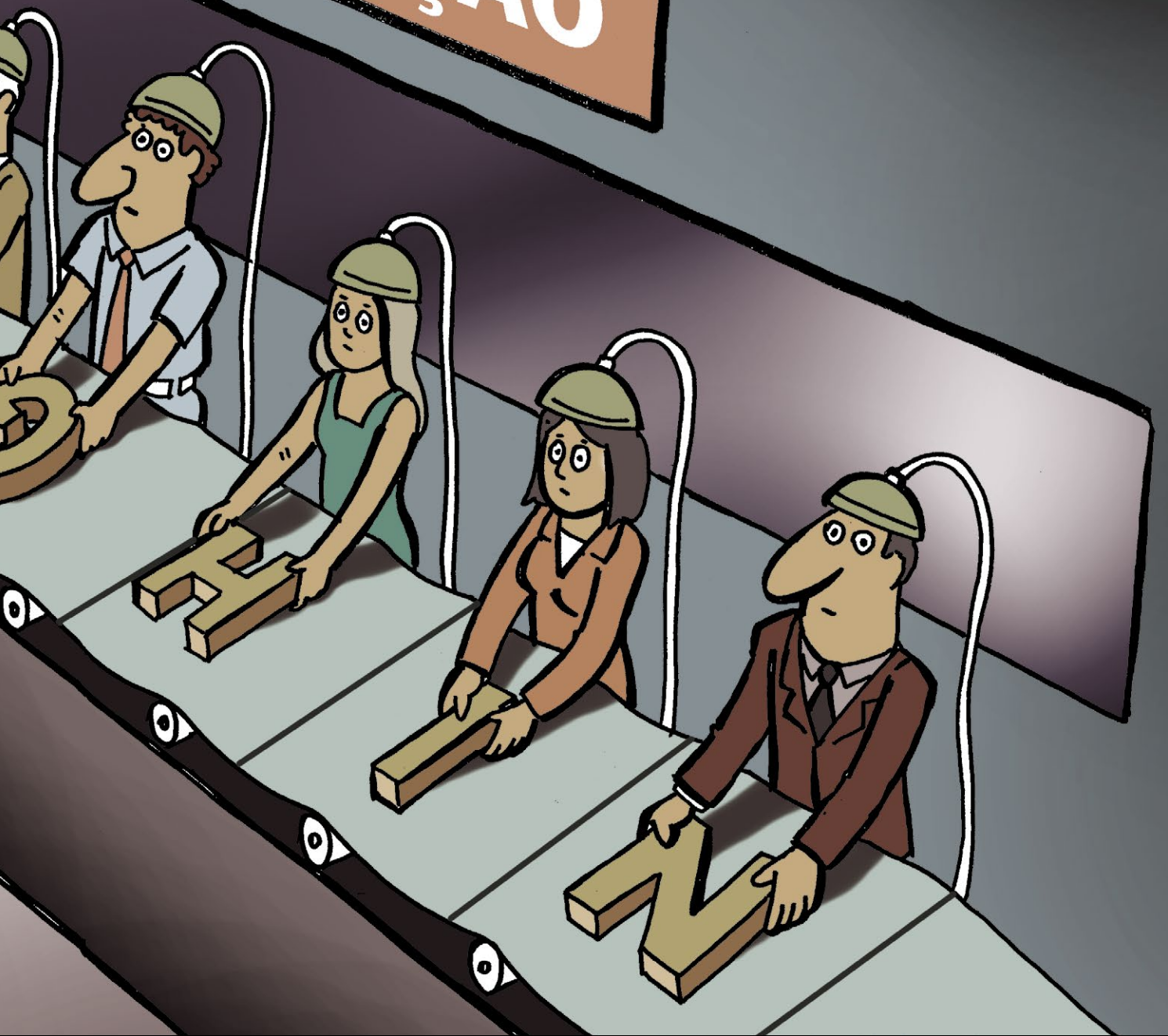
Finanças & Controle

— E S P E C I A L —





DE PRODUÇÃO



Diretoria Executiva Nacional

Rudinei Marques

Presidente

Márcia Uchôa

Vice-Presidente

Daniel Lara

Secretário Executivo

Filipe Leão

Diretor de Finanças

Roberto Kodama

Diretor de Assuntos Jurídicos

Estevam Henrique Silveira Barbosa

Diretor de Filiados

Júlio Possas

Diretor de Comunicação Social

Conselho Fiscal Nacional

(Efetivos) João Wagney Pereira dos Santos - Laura Márcia de Souza Lima Safi - Maria da Conceição Geraldo (Suplentes) José Osmar Monte Rocha - Jari Bellaver Monteiro - Conselho de Ética Nacional

Conselho de Ética Nacional

Gilberto Ricardi

Delegados Sindicais do Distrito Federal

Aristides Costa - Arivaldo Pereira Sampaio - Frederico Carlos Jans - Godofredo da Silva Neto - José Marcos dos Santos - Manoel Messias de Jesus - Patrícia Gebrim - Zeles de Oliveira Flor

Delegados Sindicais nos Estados

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE, Adalto Erdmann de Almeida - PR, Ademar da Câmara Junior - TO, Adelson Vilhena - AP, Alex Gomes da Silva - AM, Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ, Maria do Ceo - BA, André Gustavo de Medeiros Simões - PB, Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE, Antônio José das Silva - RN, Antônio Roberto - SC, Armando Gonçalves de Carvalho - MA, Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ, Carlos Renato Corrêa Leite - RS, Edilson Rodrigues Vidal - AC, Euripedes Rodrigues de Andrade Filho - PI, Ícaro de Almeida Fernandes - MT, Jaci Fernandes Sobrinho - GO, Jefferson Medeiros dos Santos - PA, João Augusto Calzado Gomes - RO, Luiz Roberto de Melo Machado - MS, Marcos Antonio Ferreira Calixto - AL, Reonauto da Silva Souza Júnior - SE, Sergio Takayuki Takabayashi - SP, Tiago Lopes Teixeira - MG, Wander Francisco Coelho de Freitas - ES

Expediente

Produção: Comunicação Unacon Sindical

Jornalista Responsável: Nayara Young (9.397/DF)

Estagiária: Juliana Martins

Arte e Diagramação: Marcelo Rubartelly

Fotos: Nayara Young, Juliana Martins e Aurélio Pereira

Tiragem: 3 mil

Unacon Sindical

CLN 110, Bloco C, Loja 69/79 - Brasília-DF

CEP: 70753-530

Fone: (61) 2107-5000

E-mail: unacon@unacon.org.br

5 Editorial

Entulho Autoritário

6 AGE Nacional

Por todo o país, servidores dizem "não" ao ponto eletrônico



8 Dossiê

Cobrança pela participação na discussão do ponto eletrônico, até o momento, foi ignorada



13 Artigo

Despir-se do véu burocrático



Entulho Autoritário

A Portaria nº 1.106 da Controladoria-Geral da União (CGU) é a representação clássica do entulho autoritário que insiste em impregnar a Administração Pública brasileira. Inteligência e bom senso serão fundamentais para superarmos o impasse.

Em março de 2012, a Assessoria Especial da CGU enviou ao Unacon Sindical minutas de Portaria e Instrução Normativa que propunham regulamentar a jornada de trabalho na Casa. Fixou em sete dias o prazo para resposta.

Mesmo sem ter participado da construção dos dispositivos, o Sindicato, apostando no diálogo e na negociação, submeteu os textos à carreira, apesar do curto espaço de tempo para avaliar matéria tão relevante. Assembleias em todo o país, com cerca de 900 participantes, debateram e votaram a proposta. Ressalvas visando aprimorar as minutas foram encaminhadas ao órgão por meio do Ofício DEN nº 70, de abril de 2012.

Ainda em 2012, a CGU recebeu comitiva de peritos da Organização dos Estados Americanos (OEA), visando avaliar a implementação da Convenção Interamericana contra a corrupção. As propostas de Portaria e Instrução Normativa submetidas à categoria foram apresentadas aos peritos como iniciativas inovadoras na gestão de pessoas.

Desde então, a CGU jamais respondeu, formal ou informalmente, as ressalvas apresentadas pela carreira e, ao que parece, também ludibriou os peritos avaliadores da OEA. Em três anos, não houve evolução no diálogo sobre o teor daquelas medidas, inobstante tentativas de implantar controles que sequer tinham sido debatidos com a entidade classista.

No entardecer de 30 de abril deste ano, véspera do dia mundial do trabalho, a Portaria nº 1.106 é publicada no boletim interno da CGU. Sem qualquer discussão, o normativo é sancionado de forma autoritária. Vale frisar que o sistema nem de longe espelha aquilo que o próprio órgão apresentou em 2012 ao Sindicato e aos peritos avaliadores da OEA.

Resta à carreira resistir a esse entulho autoritário que nasce sem a devida transparência, sem diálogo respeitoso e democrático e, portanto, sem legitimidade. Considerando que Valdir Moysés Simão, atual ministro-chefe da CGU, afirmou, em seu discurso de posse, ser afeito ao diálogo e à negociação, acreditamos não ter sido ele suficientemente assessorado sobre o assunto em tela. Dito isso, defendemos uma alternativa menos burocrática e mais inteligente, construída em conjunto com os servidores, que seja mais adequada à natureza das nossas atribuições, e que avalie, sobretudo, os resultados do nosso trabalho, como faculta a legislação vigente. ■



A CGU jamais respondeu, formal ou informalmente, as ressalvas apresentadas pela carreira e, ao que parece, também ludibriou os peritos avaliadores da OEA. Em três anos, não houve evolução no diálogo sobre o teor daquelas medidas

Delegados Sindicais e Diretoria Executiva Nacional

Abelardo Jorge Lessa Lopes - PE
 Adalto Erdmann de Almeida - PR
 Ademar da Câmara Junior - TO
 Adelton Vilhena - AP
 Alex Gomes da Silva - AM
 Ana Maria Balthar Pinto Machado - RJ
 André Gustavo de Medeiros Simões - PB
 Antônio Edilberto Araújo Barreto - CE
 Antônio José das Silva - RN
 Antônio Roberto - SC
 Aristides Costa - DF
 Arivaldo Pereira Sampaio - DF
 Armando Gonçalves de Carvalho - MA
 Carlos Gil Lopes Rodrigues - RJ

Carlos Renato Corrêa Leite - RS
 Daniel Lara - DEN
 Edilson Rodrigues Vidal - AC
 Estevam Henrique Silveira Barbosa - DEN
 Euripedes R. de Andrade Filho - PI
 Filipe Leão - DEN
 Frederico Carlos Jans - DF
 Godofredo da Silva Neto - DF
 Ícaro de Almeida Fernandes - MT
 Jaci Fernandes Sobrinho - GO
 Jefferson Medeiros dos Santos - PA
 João Augusto Calzado Gomes - RO
 José Marcos dos Santos - DF
 Júlio Possas - DEN

Luiz Roberto de M. Machado - MS
 Márcia Uchôa - DEN
 Marcos Antonio F. Calixto - AL
 Manoel Messias de Jesus - DF
 Maria do Ceo - BA
 Patricia Gebrim - DF
 Reonauto da Silva S. Júnior - SE
 Roberto Kodama - DEN
 Rudinei Marques - DEN
 Sergio Takayuki Takibayashi - SP
 Tiago Lopes Teixeira - MG
 Wander Francisco C. de Freitas - ES
 Zeles de Oliveira Flor -DF

**NÃO!**

Por todo o país, servidores dizem “não” ao ponto eletrônico

Em nova consulta proposta pela DEN, carreira ratifica o posicionamento já emitido anteriormente e reprovava a imposição do ponto eletrônico na CGU

Assembleia Geral Extraordinária (AGE) nacional convocada pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) apura rejeição ao registro eletrônico de ponto implantado de maneira arbitrária na Controladoria-Geral da União (CGU). No total, 647 servidores participaram da avaliação do sistema, realizada entre os dias 5 e 19 de maio. Mais de 93% dos Analistas (AFC) e Técnicos de Finanças e Controle de todo o país não concordam com a implementação arbitrária do ponto eletrônico nos moldes do Manual Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Recursos Humanos (SIGRH). A Portaria nº 1.106/2015 foi publicada no dia 30 de abril, véspera do Dia Mundial do Trabalho.

A reprovação maciça da nova sistemática ratifica o posicionamento emitido em 9 de setembro de 2014, quando o índice de rejeição ao mecanismo alcançou 90,8%. Na ocasião, Carlos Higinio, secretário-executivo da CGU, assumiu o compromisso de realizar ampla consulta sobre o assunto. “Vamos disponibilizar um canal para receber sugestões dos servidores, dentro do amparo legal, para o aperfeiçoamento do Manual”. No entanto, a promessa não surtiu efeito. ■

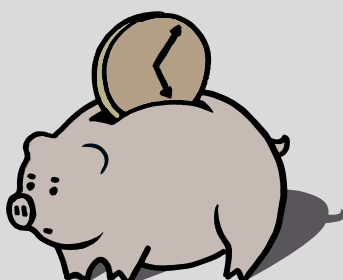
Moção de repúdio

Indignados com a falta de transparência, os servidores repudiaram, por meio de notas, a implementação do sistema. "Os servidores repudiam a insistência autoritária de adoção de método de controle não adequado às condições de execução dos trabalhos quando há a possibilidade de adoção de mecanismo legalmente previsto, mais adequado às características de trabalho do órgão", reza trecho de um dos documentos.

Os manifestos trazem ainda uma lista de inconsistências do sistema. Entre os itens, destacam-se:

1

Falta de amparo legal do banco de horas proposto no Manual SIGRH e descartado pela Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEGEP)



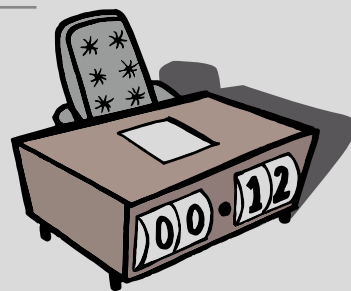
2

Desprestígio em relação às demais carreiras de Estado, já que quase nenhuma está submetida a este tipo de controle



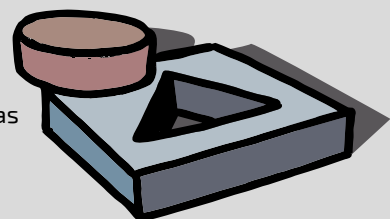
3

Necessidade de avaliar a produtividade do servidor e não apenas o número de horas que o mesmo permanece no órgão



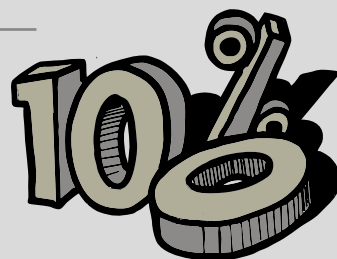
4

Incompatibilidade do ponto eletrônico com as atividades de caráter eminentemente intelectual desenvolvidas pelos Analistas (AFC) e Técnicos de Finanças e Controle (TFC)



5

Não foram apresentados indicadores que comprovem a eficácia do mecanismo



Na opinião dos delegados sindicais...

"Esse sistema tem fundamento Taylorista e é concebido para atividades que desempenham trabalhos com operações repetitivas. Os servidores da CGU executam serviços externos vinculados a metas e têm dedicação exclusiva, o que é incompatível com o sistema de controle proposto pela direção da CGU"

Carlos Leite, delegado sindical/RS

"Controle de ponto é o triunfo da burocracia sobre a eficiência"

Reonauto Souza, delegado sindical/SE

"O ponto eletrônico desconsidera a natureza eminentemente intelectual de nossas atividades, desvaloriza a carreira perante outras carreiras típicas de Estado, desfoca a cobrança de resultados e desmotiva os servidores por não atacar os problemas que inibem práticas mais atuais de gestão de recursos humanos, e ainda prejudica a obtenção de uma melhor qualidade de vida"

Sergio Takayuki Takibayashi, delegado sindical/SP



Cobrança pela participação na discussão do ponto eletrônico, até o momento, foi ignorada

Levantamento do Sindicato revela que o sistema não foi construído com base no diálogo e no debate de ideias, como afirmou a CGU

A cobrança do Unacon Sindical pela participação na discussão da viabilidade de implantação do registro eletrônico de ponto foi ignorada pela Controladoria-Geral da União (CGU). É o que levantamento elaborado pela Diretoria Executiva Nacional (DEN) denuncia. O dossiê também revela que o acordo de cooperação firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Ministério da Justiça (MJ) e a CGU não foi pago. No valor de R\$1,5 milhão, o Termo de Cooperação nº 07/2011 previa o pagamento em duas parcelas – a primeira em julho de 2012 e a segunda em julho de 2013.

Para provar que a implementação da ferramenta foi encaminhada sem

negociação e de forma autoritária, a DEN divulga a cronologia de discussão do sistema, desde março de 2012. “O histórico revela as idas e vindas de um assunto mal resolvido. Não houve diálogo, mas um monólogo”, explica Rudinei Marques, presidente do Sindicato.

O único posicionamento oficial da carreira a respeito de mecanismos de frequência foi consolidado em AGE, no dia 9 de março de 2012, com base em Instrução Normativa (IN) e Portaria que contemplavam a adoção de horário flexível. Jornada de trabalho incluindo cinco horas semanais de capacitação, regime de sobreaviso, compensação adicional por trabalhos em dias não úteis, dentre outros

aspectos, foram considerados para a construção da minuta.

“Tivemos apenas sete dias para apresentar um posicionamento. Cumprimos o prazo e levamos as ressalvas por meio do Ofício nº 70/2012 ao então secretário-executivo, Luiz Navarro, indicando a necessidade de negociação. Acontece que, três anos depois, o sistema que entrou em vigor é totalmente diferente do que encaminhamos com a carreira. Onde está o diálogo?”, questiona Filipe Leão, diretor de finanças do Sindicato. A portaria nº 1.106/2015 que regulamenta o sistema foi publicada “às escuras” no dia 30 de abril, véspera do dia mundial do trabalhador.

Confira, ao lado, a íntegra do dossiê.

2011

6 de junho de 2011

Termo de Cooperação Técnica nº 07/2011 é firmado entre a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), o Ministério da Justiça (MJ) e a CGU, no valor de R\$1,5 milhão. Modernizar a gestão pública e implementar sistemas informatizados de gestão administrativa de pessoas estão entre os objetos do contrato.

Controladoria Geral da União adota os sistemas SIPAC e SIGRH

Notícia postada no site da UFRN (no dia 05/06/2011, às 16:41).
Clique aqui para acessar a notícia original.



Controladoria Geral da União adota os sistemas integrados da UFRN
A reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Ângela Paiva, assina nesta terça-feira, sete, às 11h, em Brasília, o termo de cooperação técnica entre a UFRN e a Controladoria Geral da União (CGU). O encontro, que acontecerá na sede da CGU, refere-se a uma parceria que objetiva implantar a ferramenta online que integra atividades da UFRN na Controladoria Geral.
A partir da assinatura desse termo, o Sistema Integrado de Planejamento, Administrativo e Controle (SIPAC) e o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Recursos Humanos (SIGRH) deverão ser implantados na CGU. Além de Ângela Paiva, o evento contará com a presença dos secretários executivos do Ministério da Educação (MEC), Henrique Palm, do Ministério da Justiça (MJ), Luis Paulo Iones, Ministro da CGU, Luis Augusto Navarro, diretor da Polícia Federal e Roodolinda da Agência Brasileira de Inteligência, do Ministério da Cultura e outras autoridades convidadas.
Com o ingresso da CGU, já são 20 instituições públicas (14 universidades e sete da administração direta) que cooperam com a UFRN para transferência de tecnologia. Segundo o Diretor de Sistemas da UFRN, Clayton Lima, que acompanha a reitora na assinatura, o ingresso da CGU representa um importante marco para a rede de cooperação técnica, pois a Controladoria desmonta práticas de ineficiência e transparência da gestão para todo aprimoramento público nacional.

28 de outubro de 2011

É publicada a Portaria nº 2.272 pelo então secretário-executivo, Luiz Navarro, que dispõe sobre a instituição de comissão para implantação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIPAC/CGRH).

2012

2 de março de 2012

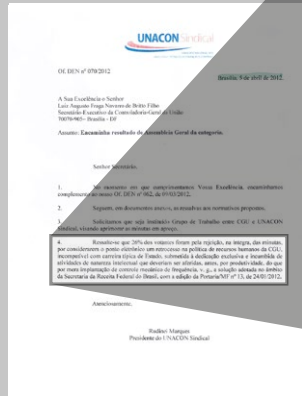
Jaine Cirqueira, então chefe da AESP/SE/CGU, encaminha minutas de Portaria e Instrução Normativa da CGU, visando regulamentar a jornada de trabalho e o controle de frequência na Casa. Foi dado prazo de apenas sete dias (9 de março) para manifestação do Sindicato.

9 de março de 2012

Sindicato realiza Assembleia Geral Extraordinária (AGE) e encaminha Ofício DEN nº 62/2012 com o resultado nacional. Dos 851 votos válidos sobre as minutas recebidas da CGU: 55 aprovaram na íntegra; 222 rejeitaram na íntegra; 559 aprovaram com ressalvas; 15 se abstiveram.

5 de abril de 2012

Sindicato envia Ofício DEN nº70/2012. O documento consolida as propostas de melhorias encaminhadas pela base



"26% dos votantes foram pela rejeição, na íntegra, das minutas, por considerarem o ponto eletrônico um retrocesso na política de recursos humanos da CGU, incompatível com carreira típica de Estado, submetida à dedicação exclusiva e incumbida de atividades de natureza intelectual que deveriam ser aferidas, antes, por produtividade, do que por mera implantação de controle mecânico de frequência, v. g., a solução adotada no âmbito da SRFB, com a edição da Portaria MF nº 13, de 24/01/2012"

5 de Julho de 2012

Em reunião com o Sindicato, Navarro assegura que nenhuma medida será adotada pela CGU em caráter unilateral.

6 de agosto de 2012

Cláudio Torquato, então Diretor de Gestão Interna (DGI), designa os membros da comissão de implantação do SIPAC/CGRH.

2013



8 de janeiro de 2013

Com a saída de Navarro da Secretaria-Executiva, a DEN pede que demandas em andamento sejam repassadas ao próximo secretário.

29 de janeiro de 2013

Carlos Higino assume Secretaria-Executiva da CGU, no lugar de Luiz Navarro.

14 de março de 2013

Sindicato reporta a Higino a manifestação contrária da carreira à implementação unilateral de sistema mecânico para controlar a frequência dos servidores. A DEN entrega Ofício DEN nº 28/2013 com resumo do assunto. Na época, o ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão já tinha publicado Nota Técnica que considerou irregular o banco de horas dos servidores Técnico Administrativos da UnB.

27 de março de 2013

Servidores da CGU-Regional/SP criticam a "intenção atropelada" de implantar um registro de ponto eletrônico em detrimento da lista de prioridades da carreira. Filipe Leão, diretor de finanças do Sindicato, mediu o encontro.

2013

3-24 de abril de 2013

Neste período, a DEN foi aos estados de Alagoas, Goiás, Pernambuco e Rio Grande do Norte consultar os servidores a respeito da implementação do registro eletrônico de ponto. Os argumentos foram consolidados em cinco justificativas que apontam as razões pelas quais a implementação do sistema não deve ser feita sem a consulta prévia dos servidores.

“Razões pelas quais a implementação do registro de ponto não deve ser feita sem a consulta prévia dos servidores”

Argumentos apresentados pela carreira entre 3 e 24 de abril de 2013

1

Porque ignora 12 meses de discussão entre o Sindicato e o órgão

2

Por ser uma antecipação em relação a questões mais importantes, como a regulamentação do banco de horas e o sobreaviso no serviço público federal

3

Porque a natureza das atribuições de Analistas (AFC) e Técnicos de Finanças e Controle (TFC) da CGU, eminentemente de trabalhos de campo de auditoria e fiscalização, não enseja um sistema de controle rígido como o que está sendo proposto

4

Porque aumentará a já pesada carga de trabalho dos chefes imediatos, com uma burocracia desnecessária de controle

17 de abril de 2013

Em AGE realizada no DF, os servidores cobram diálogo a respeito do controle de frequência. Em consulta nacional, a maioria acredita que os resultados são a maneira mais eficaz de controle.

5 de junho de 2013

Servidores da Regional fluminense contestam o registro eletrônico de ponto. “Os filiados encaram com muita contrariedade essa medida unilateral da CGU. É preciso atualizar as minutas que rezam sobre horário flexível e, se possível, adaptá-las ao modelo da Receita Federal, que trabalha com home office”, declarou Carlos Gil, delegado sindical Unacon-Regio/RJ.

11 de dezembro de 2013

- Sindicato recebe Ofício nº 37.818/DGI/SE/CGU-PR, informando que deram início aos testes do controle eletrônico.
- No mesmo dia, o secretário-executivo convoca a DEN para reunião que não teve 10 minutos de duração. Higino fixa o prazo até dia 31 de dezembro para a apresentação de sugestões ao sistema. A DEN se opõe a fazer sugestões a um projeto ao qual não teve acesso. A matéria teve mais de 1.500 acessos no site do Sindicato.

12 de dezembro de 2013

- Sindicato convoca AGE nacional para reclamar a decisão arbitrária da CGU. Quórum de servidores entrou para a história da carreira como o mais numeroso.
- Sindicato manifesta a inconformidade em relação à maneira com que o controle de frequência vem sendo tratado por meio do Ofício 420/2013. No documento, a DEN recorda que o órgão se comprometeu a não tomar decisões unilaterais.



A manifestação do DF está disponível no canal do youtube do Sindicato.
<https://youtu.be/gmdd08ayUjg>

2013

16 de dezembro de 2013

Sindicato encaminhou Ofício nº 421/2013 ao ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando audiência para tratar exclusivamente do ponto eletrônico. Além de denunciar a maneira unilateral da CGU conduzir o processo, o documento condena o prazo limite – 31 de dezembro – determinado pelo órgão para a apresentação de sugestões e pede esclarecimentos à Nota Técnica nº 150/2012/CGNOR/DENP/SEGE/MP, de 31 de maio de 2012, que concluiu pela ilegalidade do instituto do banco de horas na UnB.

2014

10 de janeiro de 2014

A Diretoria de Gestão Interna (DGI) apresenta projeto piloto do controle de frequência à DEN e anuncia que o projeto estará funcionando em caráter experimental até o mês de abril.

23 de janeiro de 2014

Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho (SRT) do ministério do Planejamento ratifica a ilegalidade do Banco de Horas no serviço público. "O controle burocrático (rígido) está ultrapassado. Tem que flexibilizar. A CGU é vitrine", afirmou.



31 de março de 2014

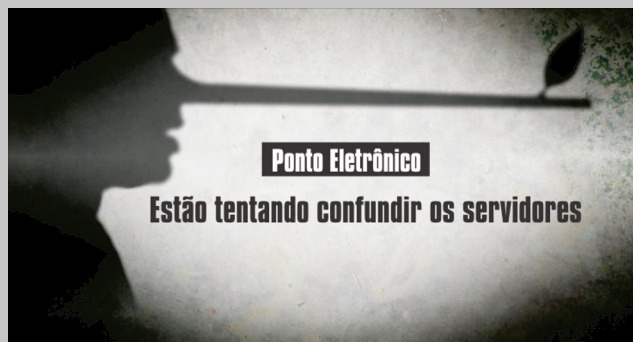
Por meio do Ofício DEN nº 35/2014, o Sindicato solicita que a CGU aponte os benefícios reais do ponto eletrônico para os servidores, a partir de roteiro com mais de 30 perguntas encaminhadas pelos filiados.

29 de agosto de 2014

Na intranet, a CGU afirma que o ponto eletrônico foi construído com base no diálogo e no debate de ideias com o Sindicato.

3 de setembro de 2014

Por meio de nota, a DEN reage à notícia publicada pela CGU no dia 29 de agosto de 2014. "A informação não condiz com a realidade dos fatos. Estão tentando confundir os servidores". A matéria superou 2 mil acessos, no site do Sindicato.



9 de setembro de 2014

Em AGE nacional, 90,8% dos servidores afirmam não concordar com a decisão pela implantação do controle de frequência eletrônico na CGU, nos moldes do Manual do Ponto Eletrônico SIGRH. No mesmo dia, carreira delibera pela realização do "Dia Nacional de Protestos" nos dias 17 e 18 de setembro.

10 de setembro de 2014

CGU suspende implantação do ponto eletrônico e anuncia criação de grupo de trabalho para elaborar propostas para home office.

2015

2 de abril de 2015

CGU adia, novamente, implementação do ponto eletrônico. Depois de sete meses de silêncio, o órgão cogitava a publicação da portaria no dia 6 de abril.

29 de abril de 2015

Texto publicado no site do Sindicato causa polêmica. A matéria "Servidores denunciam: 'CGU abandona papel anticorrupção'", aponta desconforto da carreira com o papel do órgão.

30 de abril de 2015

CGU regulamenta ponto eletrônico "às escondidas". DEN interpreta a publicação "sem aviso prévio" da Portaria nº 1.106/2015 às vésperas do dia mundial do trabalhador como resposta à matéria "Servidores denunciam: 'CGU abandona papel anticorrupção'", publicada um dia antes.



2015



6 de maio de 2015

No DF, os servidores dizem não ao registro eletrônico de ponto. O encaminhamento foi aprovado com apenas duas abstenções e nenhum voto a favor.

7 de maio de 2015

Sindicato pede que Sérgio Mendonça, Secretário de Relações de Trabalho (SRT) do ministério do Planejamento faça a mediação do conflito com a CGU.

5-19 de maio de 2015

Estados realizam AGE para consultar os servidores a respeito da implementação do controle de frequência adotado pelo órgão. No total, 93% votam pela rejeição do sistema e a forma que a CGU tem conduzido o debate.

Até o fechamento desta edição, a CGU não respondeu os Ofícios DEN 62/2012, 70/2012 e 35/2014

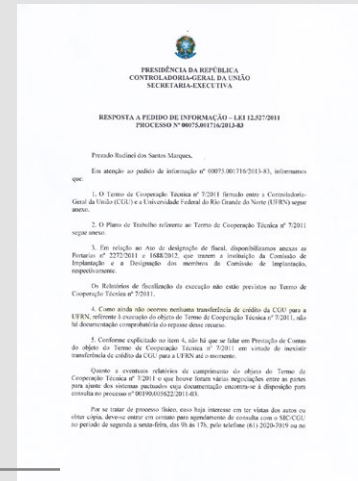
Coincidência?

Durante Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 6 de maio, no edifício sede da CGU, Marques recebeu resposta a pedido feito via Lei de Acesso à Informação (LAI), em dezembro de 2013. Na época, o presidente solicitava acesso à documentação pertinente ao Termo de Cooperação Técnica nº 07/2011, firmado entre Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) o Ministério da Justiça (MJ) e a CGU, no valor de R\$ 1,5 milhão.

No email, o ouvidor pede desculpa pelo atraso à resposta. "Estamos com proble-

mas técnicos no canal da LAI", justificou. Em resposta, esclareceu que o pagamento de duas parcelas – a primeira em julho de 2012 e a segunda em julho de 2013 – não foi feito pela CGU.

"O cumprimento integral do acordado entre a UFRN e a CGU no Termo de Cooperação Técnica nº 07/2011 MJ/CGU/UFRN ficou prejudicado em razão do não cumprimento das obrigações da CGU em realizar os repasses orçamentários previstos para o desenvolvimento das atividades previstas de apoio à transferência de tecnologia dos sistemas SIG-UFRN"



UNACON
na mídia

PONTO ELETRÔNICO

O "Abraço a CGU", realizado em 23 de julho, e o "Dia Nacional de Protestos", 17 e 18 de setembro, ampliaram a divulgação dos problemas enfrentados pelos servidores da Controladoria-Geral da União (CGU). Em ambas as oportunidades, os servidores denunciaram as restrições orçamentárias e falta de transparência na condução da gestão de pessoal, que prejudicam o cumprimento da missão institucional do órgão. A recente implantação do ponto eletrônico também ganhou destaque na imprensa. Em entrevista ao jornal Correio Braziliense, Rudinei Marques, presidente do Unacon Sindical, criticou a burocratização na gestão de pessoal. "A adoção deste tipo de mecanismo tende a comprometer a atuação dos servidores que vão a campo", avalia. Confira o histórico de reportagens sobre o assunto.

Correio Braziliense

5 de maio de 2015

Marques critica a implantação do registro eletrônico de ponto na CGU, sem que órgão apontasse os benefícios do mecanismo.

G1

18 de setembro de 2014

Dia Nacional de Protestos ganha destaque no portal. Na oportunidade, os servidores pediam mais transparência na condução da gestão de pessoal na CGU.

Portal AZ (Piauí)

18 de setembro de 2014

Site noticiou ato público pelo fortalecimento da CGU.

Tv Guarú (Maranhão)

17 de setembro de 2014

Veículo cobriu o Dia Nacional de Protestos no Maranhão.

Diário do nordeste

9 de setembro de 2014 de 2014

Dia Nacional de Protestos é destaque no portal.

Estadão

8 de outubro de 2014

Editorial repercute denúncias registradas no Dia Nacional de Protestos.

Correio Braziliense

21 de julho de 2014

Blog do servidor destaca ato público em defesa da CGU.

Correio Braziliense

15 de julho de 2014

Blog do servidor divulga "Abraço a CGU".

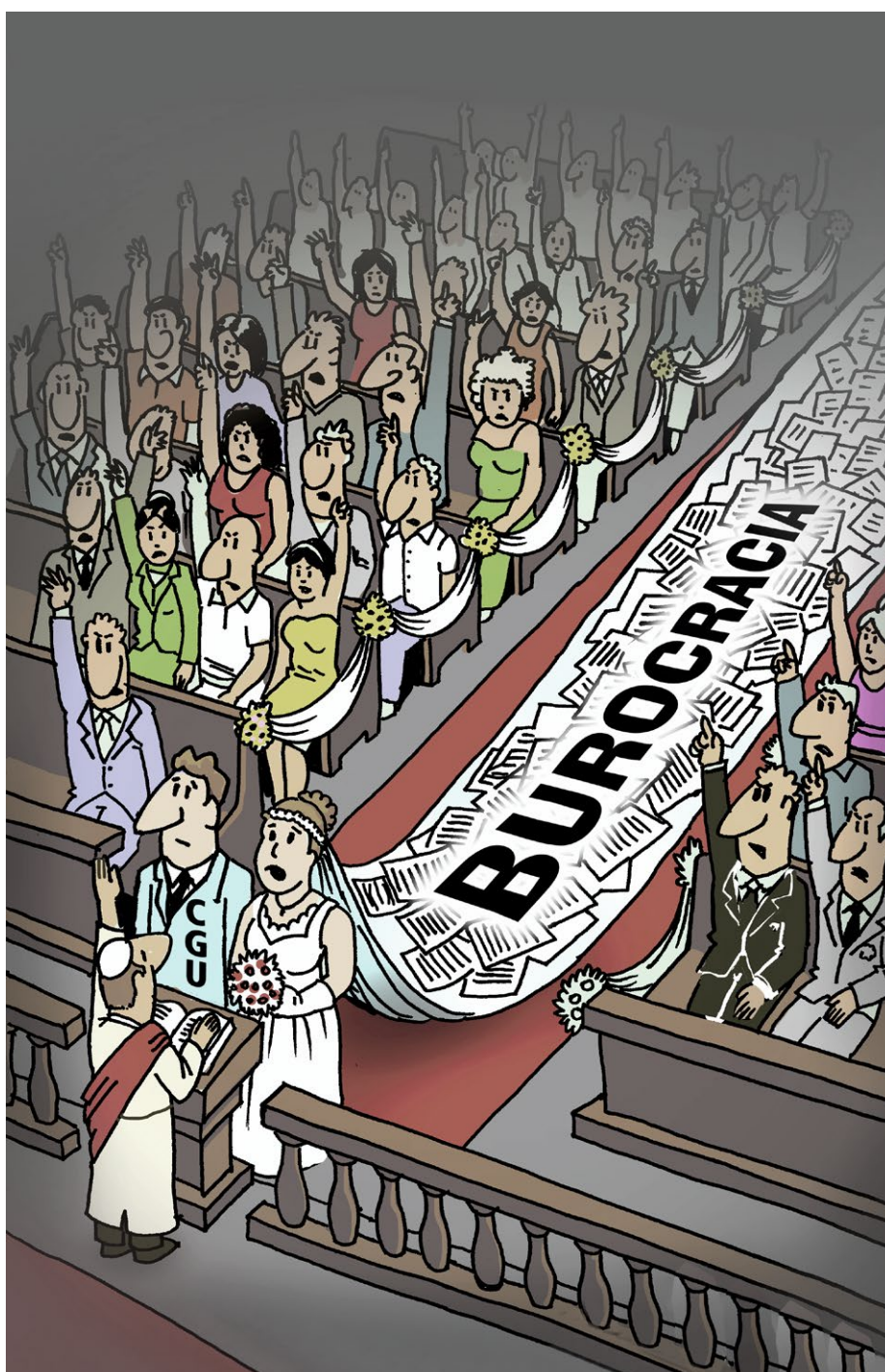


Não é necessário qualquer mudança na atual legislação, mas interpretação das mesmas considerando as peculiaridades existentes na atuação da carreira de Finanças e Controle. Ou seja, é perfeitamente possível regulamentar o controle do trabalho, indo ao encontro do que já é realizado na Advocacia-Geral da União, órgão, inclusive, que faz parte da Presidência da República, assim como a Controladoria-Geral da União (CGU)”

Despir-se do véu burocrático

Não é fácil romper paradigmas, mas é preciso coragem para inovar

por Filipe Leão*



Não é demais lembrar que a natureza da atividade da carreira de Finanças e Controle é de cunho eminentemente intelectual, que em nada se aproxima da atuação burocrática ou que demande atendimento ao público e requeira presença física ou diária na repartição.

Se, por um lado, a Lei 8.112/90 exige aferição da jornada dos servidores federais para fins de controle do trabalho (em sentido amplo), por outro, normas especiais, a exemplo das que tratam da carreira de Finanças e Controle, estabelecem regime de dedicação exclusiva e remuneração por subsídio, status concedido somente a categorias de estado ou membros detentores de poder, como Ministros, Procuradores, Juízes ou Parlamentares.

Buscando regulamentar a jornada de trabalho — tanto a regra geral, quanto as específicas —, a Portaria nº 1.590/95, de forma inteligente, abarcou o princípio da isonomia no tratamento a ser conferido aos servidores: tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades. Não é sem razão que o art. 6º, §4 e 6§ dessa norma dispensa a folha de ponto ou controle de frequência (inclusive eletrônico) para determinadas situações e prerrogativas especiais.

Com base neste entendimento, o Advogado-Geral da União regulamentou o exercício das atividades no órgão descartando mecanismos tradicionais de aferição da jornada e controle de frequência. Em estrito respeito à atual legislação, o controle do trabalho é realizado comprovando-se por meios diversos, seja por boletim interno ou por registros nos sistemas de distribuição e organização de processos. Nem por isso a opinião pública questiona o desempenho institucional dos advogados públicos.

Não é fácil romper paradigmas, mas é preciso coragem para inovar. Não é necessário qualquer mudança na atual legislação, mas interpretação das mesmas considerando as peculiaridades existentes na atuação da carreira de Finanças e Controle. Ou seja, é perfeitamente possível regulamentar o controle do trabalho, indo ao encontro do que já é realizado na Advocacia-Geral da União, órgão, inclusive, que faz parte da Presidência da República, assim como a Controladoria-Geral da União (CGU).

É preciso, apenas, despir-se de velhas e tradicionais formas de controle de jornada que nada contribuem ou dizem acerca do trabalho, da frequência ou assiduidade. Essa é a questão fundamental. Quem verdadeiramente se preocupa com o controle dos resultados, metas e missão institucional da CGU precisa romper com o passado de viés retrógrado e formalista. Olhemos para o futuro, com audácia e responsabilidade.

Felizmente, há sistemas informatizados na CGU, a exemplo do Ativa — sistema de controle de relatórios da CGU — e outros programas que podem caminhar perfeitamente no controle da produção e planejamento, execução e correção de ordens de serviços, inspeções correccionais e gerenciamento de denúncias, dentre outras atividades. Da nossa parte, consideramos esse mecanismo mais adequado e inteligente para controlar uma carreira que trabalha essencialmente com informações que visam subsidiar a gestão para a tomada de decisão e combate à corrupção. ■

(*) Filipe Leão é diretor de finanças do Unacon Sindical

Não batem PUNTO

GESTÃO GOVERNAMENTAL

Analista de Planejamento e Orçamento
Analista de Finanças e Controle STN
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental
Técnicos de Finanças e Controle STN

GRUPO FISCO

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil
Analista Tributário da Receita Federal do Brasil
Auditor Fiscal do Trabalho

DIPLOMACIA

Diplomata

CARREIRA JURÍDICA

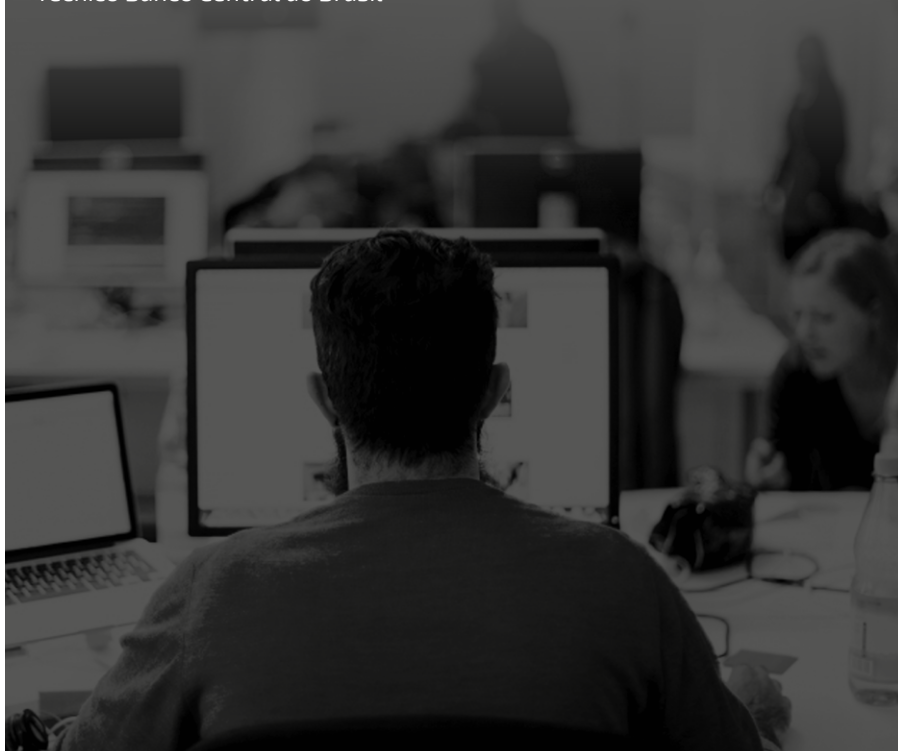
Procurador Federal
Procurador da Fazenda Nacional
Defensor Público
Advogado da União

POLÍCIA FEDERAL

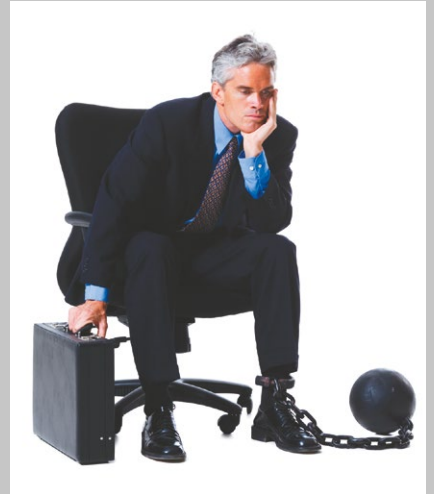
Delegado

NÚCLEO FINANCEIRO

Analista da Comissão de Valores Imobiliários (CVM)
Técnico da Comissão de Valores Imobiliários (CVM)
Analista Técnico Superintendência de Assuntos Privados (SUSEP)
Analista Banco Central do Brasil
Técnico Banco Central do Brasil



(?) imediata. Resultado da AGE nacional para analisar o Ponto Eletrônico (2015)		Implementado pela CGU de forma autoritária (2015)					B	Eixo central do sistema de Ponto eletrônico da CGU. Em janeiro de 2014, o ministério do Planejamento afirmou que é ilegal	
S	U	S	P	E	N	S	Ã	O	
"Carlos (?) irá deixar um rastro de destruição da CGU", afirma Sindicato			O				N	Adotado na Receita Federal, Sindicato defende a implementação na CGU	
H	I	G	N	Q			C		
			T				O	H	
	O	G	O	L	Á	I	D	(?) improfícuo. Prejudica o relacionamento do órgão e dos servidores	
			E	Servidores denunciaram: "CGU (?) papel anticorrupção". Título da matéria publicada no site do Sindicato no dia 29 de abril de 2015			E	M	
Mês da manifestação que entrou pra história como a mais numerosa (2013)			L		A		H	E	
D	E	Z	E	M	B	R	O	O	
			T		A		R	F	
Parte do Termo de Cooperação Técnica nº 7/2011 (SILGLA)			R		N		A	F	
			Ô		D		S	I	
	U	F	R	N	O			C	
			I		N	A		E	
A implantação do ponto eletrônico foi encaminhada sem (?)			C						
N	E	G	O	C	I	A	Ç	Ã	O



Sonetopressão

por José Marcos*

Dia nacional da poesia
 Mais um dia de não se calar
 Fale quem quiser falar
 Sem medo de heresia

O que importa é a verdade dita
 O servidor preso a corrente
 No dia a dia recorrente
 Para alívio da maldita

Esse mal traz a depressão
 Como na volta dos velhos tempos
 Mas apesar dos contratemplos
 Diga não à opressão

A carreira num grito fônico
 Contra o ponto eletrônico

Nota do autor

Maldita refere-se a uma austeridade sofista, pois considerando as atividades típicas desenvolvidas pela nossa carreira, não é através de um controle eletrônico de assiduidade que se dará melhores respostas para a sociedade.

* José Marcos é Técnico de Finanças e Controle (TFC) e delegado sindical pelo Distrito Federal.



Finanças & Controle

— E S P E C I A L —

UNACON
Sindical

SINDICATO NACIONAL DOS ANALISTAS
E TÉCNICOS DE FINANÇAS E CONTROLE